

N. F. Nº - 128984.1092/23-0  
NOTIFICADO - DSR REPRESENTAÇÕES LTDA.  
NOTIFICANTE - RUI ALVES DE AMORIM  
ORIGEM - DAT SUL / IFMT SUL / POSTO FISCAL BENITO GAMA  
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 03.04.2025

**5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL****ACÓRDÃO JJF Nº 0058-05/25NF-VD**

**EMENTA:** ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO ANTECIPAÇÃO PARCIAL. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS. Falta de recolhimento do ICMS Antecipação Tributária Parcial antes da entrada de mercadorias no Estado da Bahia. Notificada recolheu o tributo após a instantaneidade da ação fiscal. Há reparos a serem feitos no lançamento. Infração Subsistente. Notificação Fiscal **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

A Notificação Fiscal em epígrafe, **Trânsito de Mercadorias**, lavrada em 02/08/2023, exige da Notificada ICMS no valor histórico de R\$ 7.023,39, mais multa de 60%, no valor de R\$ 4.214,04 totalizando o montante de **R\$ 11.237,43**, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

**Infração 01 - 054.005.008:** Falta de recolhimento do ICMS, referente à **antecipação tributária parcial**, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra Unidade da Federação, por contribuinte que não preencha os requisitos na legislação fiscal.

Enquadramento Legal: Alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, Decreto de nº 13.780/12, c/c art. 12-A; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei nº 7.014/96. Multa prevista no art. 42, II, “d”, da Lei de nº 7.014/96.

Na peça acusatória o Notificante descreve os fatos que se trata de:

*“Aquisição interestadual de mercadorias tributadas procedentes de outra unidade federada e destinadas a comercialização por contribuinte do Estado da Bahia, cuja a inscrição encontra-se na situação de DESCREDCENCIADO, por não atender os requisitos previstos na legislação tributária em vigor, e não ter sido efetuado o recolhimento do ICMS Antecipação Parcial na entrada do território deste Estado. DANFES anexo ao presente PAF, TOF 1294831411/23-2.”*

Anexo aos autos, dentre outros, encontram-se **cópias dos seguintes documentos**: a Notificação Fiscal de nº **128984.1092/23-0**, devidamente assinada pelo Auditor Fiscal (fl. 01); o Demonstrativo de Débito (fl. 02); a memória de cálculo da Antecipação Parcial efetuada pelo Notificante, (fl. 03 - Constando os DANFES de nºs **221.295, 187.360, 189.776, 189.262, 189.668, 189.541, 189.250, 188.694, 189.255, 189.243 e 188.633**); o **Termo de Ocorrência Fiscal de nº 129483.1411/23-2, lavrado às 12h00min da data de 01/08/2023** (fls. 04 e 05); devidamente assinado pelos representantes da Notificada e do Fisco; os DANFES das Notas Fiscais Eletrônica (NF-es) **de nº 221.295**, emitido na data de 28/07/2023 pela Empresa Bella Arte Utilidades para o Lar Ltda, tendo **como destinatária a Notificada**, que carregava as mercadorias **de NCM de nº 5808, 7604, 8302, 9403, 7306, 6303** (Tranças em peça, Barras e perfis de alumínio, Guarnições, Móveis e suas partes, Cortinados e outros produtos de decoração); DANFES **de nºs 187.360, 189.776, 189.262, 189.668, 189.541, 189.250, 188.694, 189.255, 189.243** emitidos na data de 21 a 28/07/2023 pela Empresa Bella & CO, tendo **como destinatária a Notificada**, que carregava as mercadorias **de NCM de nº 3307, 5514, 6304, 6303 e 6304** (Difusor de ambiente, Tecido Decorativo, Manta Decorativa, Cortina, e outros produtos de decoração); o DANFE da **Nota Fiscal de nº 188.633** (fl. 19) emitido na data de 26/07/2023 pela Empresa Bella & CO, tendo **como destinatária a Empresa Alcatifa Representações Ltda - ME**; os documentos do motorista e do veículo (fl. 31).

A Notificada se insurge contra o lançamento, através de Advogado, manifestando impugnação, (fls. 33 a 35) protocolizada no CONSEF/COORDENAÇÃO/ADM na data de 06/11/2023 (fl. 32).

Em seu arrazoadado a notificada iniciou sua peça de defesa no tópico "**Dos Fatos**" onde consignou ser empresa jurídica de direito privado, tendo como atividade econômica principal, representante comercial e agentes do comércio de têxteis, de vestuários, calçados e artigos de viagens, e como atividade econômica secundária, o comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas, sujeitando-se ao ICMS e consequentemente à fiscalização pela SEFAZ/BA.

Argumentou que em 25/07/2023 a empresa Bella & CO, empresa filial R. Amazonas, com sede em Blumenau, Santa Catarina, emitiu a Nota Fiscal de nº **188.273** no valor de R\$ 45.780,60 em nome da DSR Representações Ltda e após constatar um erro no documento fiscal, a Empresa emitiu a Nota Fiscal de nº **189.133** de devolução total, no entanto, a transportadora já tinha os produtos no caminhão para serem enviados ao destinatário, havendo outras mercadorias de outros fornecedores com ela e a transportadora precisava concluir o trajeto para retorná-las a Santa Catarina.

Acrescentou que, no entanto, no dia 01/08/2023, a Notificada foi autuada no valor de R\$ 8.789,73 pelo Posto Fiscal IFMT NORTE de Feira de Santana, devido à "falta de recolhimento do ICMS referente à antecipação tributária parcial" e "situação descredenciado", conforme enquadramento legal e multa tipificada, no entanto, ao adentrar o município de Vitória da Conquista **em 02/08/2023**, passando pelo Posto Fiscal Benito Gama, a DSR foi autuada novamente no valor de **R\$ 11.237,43** através da Notificação Fiscal de nº 128984.1092/23-0 pelos mesmos motivos, referenciando DANFES **desconhecidos pela Notificada**.

Afirmou que apesar de ter sido notificada em um contexto de bitributação, devido às divergências de entendimento entre a Notificada e o Fisco do Estado da Bahia, em acordo com o artigo 12-A da Lei de nº 7.014/96, não houve venda, uma vez que o documento fiscal já estava devolvido autorizado pelo Sistema da SEFAZ/BA.

Tratou no tópico "**Das Multas**" que de acordo com o artigo 42, § 7º da Lei de nº 7.014/96, as multas por descumprimento de obrigações acessórias poderão ser reduzidas ou canceladas frisando que não houve qualquer tipo de dolo, fraude ou simulação por parte da Notificada.

Assegurou no tópico "**Do Credenciamento**" que a Notificada está registrada na Bahia desde 26/03/2019 e, de acordo como o Parecer de nº 3112/2023 teve autorização de prazo especial para a antecipação tributária, dispensando o requisito do artigo 332, § 2º, inciso I, e § 3º do RICMS/BA/12, apesar da Notificada ter sido autuada por descredenciamento, o pagamento da Antecipação Parcial do ICMS para contribuintes credenciados será realizado no dia 25 do mês subsequente à entrada da mercadoria no estabelecimento, de acordo com o seu § 2º.

Destacou que outro ponto relevante é que a SEFAZ/BA autorizou a emissão dos CT-e e MDF-e conforme protocolos "891235250362524 e 891235451961793" emitidos pela Transportadora Patrus Transportes Ltda no momento da carga das mercadorias.

Apontou que sendo assim, uma vez que a Notificada é optante do Simples Nacional e impossibilitada de creditar o imposto referente a Antecipação Parcial do valor mensal de pagamento do Simples Nacional, não restou outra alternativa senão o pedido de anulação total das notificações fiscais, uma vez que, apenas para as empresas que apurem o ICMS pelo Regime Normal é permitido o crédito do imposto referente à Antecipação Parcial.

Assegurou no tópico "**Dos Pedidos**" que diante do que fora apresentado, tendo em vista a presença dos requisitos autorizadores previstos no código tributário nacional, a Notificada requer a improcedência das Notificações Fiscais, as multas e a suspensão da exigibilidade dos tributos cobrados pelo Fisco da Bahia, em virtude da devolução do seu credenciamento no Estado e pelo motivo da devolução da **Nota Fiscal de nº 188.273** vinculada à NF de saída nº 188.273 discutidas nos PAFs:

PAF de nº 128984.1092/23-0 (R\$ 11.237,43) e nº **298941.0096/23-7** (R\$ 8.789,73)

Verifico que por força de norma publicada em 18/08/2018, referente ao Decreto de nº 18.558/18, não consta a Informação Fiscal.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

## VOTO

A Notificação Fiscal, Trânsito de Mercadorias, lavrada em **02/08/2023**, exige da Notificada ICMS no valor histórico de R\$ 7.023,39, mais multa de 60%, no valor de R\$ 4.214,04 totalizando o montante de **R\$ 11.237,43** em decorrência do cometimento da Infração (054.005.008) **da falta de recolhimento do ICMS** referente à **antecipação tributária parcial, antes da entrada do território deste Estado**, de mercadorias procedentes de outra Unidade da Federação, por contribuinte que não preenche os requisitos na legislação fiscal.

**O enquadramento legal seguiu a Infração tipificada** referenciando à alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, Decreto de nº 13.780/12, **c/c art. 12-A**; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei nº 7.014/96. Multa prevista no art. 42, II, “d”, da Lei de nº 7.014/96.

Inicialmente, constato que o presente lançamento foi efetuado de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e da multa aplicada relativamente às irregularidades apuradas, não foi verificada violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo o imposto e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos, e não se encontram no presente processo os motivos elencados na legislação, inclusive os incisos I a IV do art. 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade.

Em síntese de seu arrazoadado a notificada argumentou que a empresa Bella & CO, com sede em Blumenau, Santa Catarina, emitiu a Nota Fiscal de nº **188.273** no valor de R\$ 45.780,60 em nome da DSR Representações Ltda e após constatar um erro no documento fiscal, a Empresa emitiu a Nota Fiscal de nº **189.133** de devolução total.

Contou que no dia 01/08/2023, a Notificada foi autuada no valor de R\$ 8.789,73 pelo Posto Fiscal IFMT NORTE de Feira de Santana, devido à "falta de recolhimento do ICMS referente à antecipação tributária parcial" e "situação descredenciado", e no município de Vitória da Conquista **em 02/08/2023**, passando pelo Posto Fiscal Benito Gama, **foi autuada novamente** no valor de **R\$ 11.237,43** através da Notificação Fiscal de nº 128984.1092/23-0 **pelos mesmos motivos, referenciando DANFES desconhecidos pela Notificada**, PAFs referenciados de nºs **128984.1092/23-0** (R\$ 11.237,43) e nº **298941.0096/23-7** (R\$ 8.789,73).

Assegurou que a Notificada está registrada na Bahia desde 26/03/2019 e, de acordo com o Parecer de nº 3112/2023 **teve autorização de prazo especial para a antecipação tributária**, dispensando o requisito do artigo 332, § 2º, inciso I, e § 3º do RICMS/BA/12, apesar da Notificada ter sido autuada por descredenciamento, o pagamento da Antecipação Parcial do ICMS para contribuintes credenciados será realizado no dia 25 do mês subsequente à entrada da mercadoria no estabelecimento, de acordo com o seu § 2º.

Preliminarmente em relação à existência de duas Notificações, lavradas em locais e momentos distintos, podendo estarem referenciando aos mesmos objetos, consultei o Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária - SIGAT da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia - SEFAZ/BA e averigui que a Notificação Fiscal de nº **298941.0096/23-7**, lavrada na IFMT NORTE, na data de 04/05/2023, **encontra-se cancelada** e fora arquivada na data de 30/10/2024 no Arquivo Geral, não existindo, portanto, a possível bitributação aventada pela Notificada.

**SIGAT**  
Sistema Integrado de Gestão de Administração Tributária

PRO / LUZIANI / v4.10.0.15

Crédito :: PAF

**DETALHES DO PAF**

**PAF**  
298941.0096/23-7 **DSR REPRESENTACOES LTDA** I.E.: 206.867.191

Fase/Situação: Inicial / ARQUIVADO CNPJ/CPF: 33.145.734/0001-18

PAF | Dem Débito | Saldo | Dem Cálculo | Julgamento | Dívida Ativa | Situação | Ocorrência | Pagamento | Parcelamento | Autuante

Tipo: Notificação Fiscal Saldo em 22/10/2024

Tributo: ICMS

DAT/INFAZ: SAT/DAT METRO - INFAZ ATACADO Principal: 0,00

Lavatura: 04/08/2023-IFMT NORTE Correção: 0,00

Cadastramento: 08/08/2023-IFMT NORTE/COORD.ATEND Acréscimo: 0,00

Último Trâmite: 30/10/2024-DG/DIRAD/ARQUIVO GERAL Multa: 0,00

Data de Ciência: 22/08/2023 Honorários: 0,00

Classificação:

Suspensão de Exigibilidade: SIM - Fase / Situação do PAF Saldo Total: 0,00

Tem-se que a presente Notificação Fiscal resultou de uma ação de fiscalização realizada por Autoridade Fiscal do **Posto Fiscal Benito Gama** (fl. 01), relacionado aos DANFEs das Notas Fiscais Eletrônica (NF-es) de nº 221.295, emitido na data de 28/07/2023 pela Empresa Bella Arte Utilidades para o Lar Ltda, tendo **como destinatária a Notificada**, que carregava as mercadorias de NCM de nºs 5808, 7604, 8302, 9403, 7306, 6303 (Tranças em peça, Barras e perfis de alumínio, Guarnições, Móveis e suas partes, Cortinados e outros produtos de decoração); DANFEs de nºs 187.360, 189.776, 189.262, 189.668, 189.541, 189.250, 188.694, 189.255, 189.243 emitidos na data de 21 a 28/07/2023 pela Empresa Bella & CO, tendo **como destinatária a Notificada**, que carregava as mercadorias de NCM de nºs 3307, 5514, 6304, 6303 e 6304 (Difusor de ambiente, Tecido Decorativo, Manta Decorativa, Cortina, e outros produtos de decoração); o DANFE da **Nota Fiscal de nº 188.633** (fl. 19) emitido na data de 26/07/2023 pela Empresa Bella & CO, tendo **como destinatária a Empresa Alcatifa Representações Ltda - ME**; **sem o pagamento da Antecipação Parcial, antes da entrada no Estado da Bahia**, conforme disposto inciso III, alínea “b” do art. 332 do RICMS/BA/12, observado o disposto nos §§ 2º e 3º assistindo-se que o descredenciamento se deu em razão do **inciso I do § 2º** de possuir menos de 6 meses de atividade.

*“III - antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação ou do exterior, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo:*

*(...)*

*b) não enquadradas no regime de substituição tributária e destinadas à comercialização, relativamente à antecipação parcial do ICMS;*

*(...)*

*§ 2º O contribuinte regularmente inscrito no Cadastro de Contribuinte do ICMS do Estado da Bahia - CAD-ICMS, que preencha cumulativamente os requisitos indicados a seguir, poderá efetuar o recolhimento do imposto por antecipação de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” e o item 2 da alínea “g” do inciso III do caput deste artigo, até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e vinculado ao documento fiscal, exceto em relação às operações de importação de combustíveis derivados de petróleo e as operações com açúcar, farinha de trigo, mistura de farinha de trigo, trigo em grãos, charque, jerked beef, enchidos (embutidos) produtos comestíveis resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino, suíno, caprino e ovino:*

*(...)*

*I - possua estabelecimento em atividade no Estado da Bahia há mais de 06 meses e já tenha adquirido mercadoria de outra unidade da Federação;*

Constato que os produtos adquiridos pela Notificada não têm base de cálculo do imposto acrescida de MVA, por inexistir previsão em Convênio, Protocolo, assim como no RICMS-BA/12, particularmente no seu Anexo I, razão pela qual não pode ser considerado produto sujeito ao regime de substituição tributária, mas tão somente à Antecipação Parcial do ICMS. E, uma vez

sujeitos ao Regime de Antecipação Parcial do ICMS, a base de cálculo é apurada sobre o valor da operação constante nas NF-es (art. 23, inciso III da Lei 7014/96), aplicando, no que couber, o art. 12-A da Lei de nº 7.014/96.

Em relação ao credenciamento, realizei consulta ao Sistema da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, de Controle de Mercadorias em Trânsito - SCOMT, donde constatou-se que **no momento da instantaneidade da ação fiscal, Termo de Ocorrência Fiscal de nº 129483.1411/23-2, lavrado às 12h00min da data de 01/08/2023**, a Notificada encontrava-se com sua situação cadastral na condição de DESCREDENCIADO, **desde 18/05/2023**, “Estabelecimento com menos de 06 meses de atividade” o que a **impossibilitaria** de usufruir do benefício concedido de postergação do pagamento do ICMS da Antecipação Parcial estabelecido **até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e**.

33145734	DSR REPRESENTACOES LTDA	Simple Nacional
18/05/2023	SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA	Estabelecimento com menos de 06 meses de atividade
206867191	sim desde 07/09/2023	MICROEMPRESA
	Baixa: 7/9/2023 12:2	

De mais a mais, a autorização do Prazo Especial do ICMS Antecipação Tributária com a dispensa de requisito conforme dispõe o art. 332, § 2º e 3º do RICMS/BA, aprovado pelo Decreto de nº 13.780/12, em consulta ao Sistema de Controle de Pareceres Tributários - CPT da SEFAZ, constatei que somente fora solicitado pela Notificada, através do Processo de nº 049406202300 e concedido Parecer de nº 3.212/2023, **na data de 06/09/2023 posterior** à instantaneidade da ação fiscal e da lavratura, respectivamente, **01 e 02/08/2023**.



GOVERNO DO ESTADO DA  
BAHIA

Página: 2 / 2  
Data Emissão: 28/02/2024 8:34:45

**SISTEMA DE CONTROLE DE PARECERES TRIBUTÁRIOS**

Processo Nº: 04940620230 Parecer Nº: 3212 2023

Data/Hora: 06/09/2023 14:24:00

Parecerista: SONIA MARIA FERNANDES PASTANA

Identificação: 131407896

Cargo: AUDITOR FISCAL

Unidade: SAT/DAT METRO/CPNC

Ratifico o parecer final exarado neste processo:

Inspetor/Coordenador 06/09/2023 23:39:00 ROSY MERY TAVARES DE OLIVEIRA

Data Fim Vigência: 31/12/2024 00:00:00

Com relação à Nota Fiscal de nº 188.273 emitida em nome da DSR Representações Ltda houve a retificação através da Nota Fiscal de nº 189.133 com devolução total, verifiquei que o fato ocorreu, mas **ambas as notas não fizeram parte do presente lançamento**.

De mais a mais averigui que o DANFE da **Nota Fiscal de nº 188.633** (fl. 19) emitido na data de 26/07/2023 pela Empresa Bella & CO, não possui como destinatário a notificada, possuindo **como destinatária a Empresa Alcatifa Representações Ltda - ME** e consta na relação nos autos e na memória de cálculo do Notificante e deve ser **expurgado do lançamento**.

No que concerne às demais Notas Fiscais de nºs. **221.295, 187.360, 189.776, 189.262, 189.668, 189.541, 189.250, 188.694, 189.255, 189.243** tendo **como destinatária a Notificada** averigui em consulta a **todas** elas no Portal da Nota Fiscal Eletrônica da SEFAZ a inexistência do evento "desconhecimento da operação", conforme pode-se observar nos exemplos trazidos em relação às Notas Fiscais de nºs. **189.776, 189.262** dispostos a seguir:

Nota Fiscal de nº 189.776

NF-e	Emite	Destinat.	Prod./Serv.	Totais	Transp.	Cobrança	Inf. Adic.	Cálc. ICMS	Trans.
Dados da NF-e									
Modelo	Série	Número	Data de Emissão		Data/Hora de Saída ou de Entrada		Valor Total da Nota Fiscal		
55	1	189776	26/07/2023 00:00:00-03:00		26/07/2023 00:00:00-03:00		7.779,45		
Emite									
CNPJ	Nome / Razão Social						Inscrição Estadual	UF	
72.344.591/0007-10	BELLA & CO. LTDA - FILIAL R. AMAZONAS						206683230	SC	
Destinatário									
CNPJ	Nome / Razão Social						Inscrição Estadual	UF	
33.145.734/0001-18	DSR REPRESENTACOES LTDA						206867191	BA	
Destino da operação		Consumidor final					Presença do Comprador		
2 - Operação Interestadual		0 - Normal					9 - Operação não presencial (outros)		
Emissão									
Processo	Versão do Processo				Tipo de Emissão		Finalidade		
0 - com aplicativo do Contribuinte	2023.97.1				1 - Normal		1 - NF-e normal		
Natureza da Operação		Indicador da Intermediador/Marketplace				Tipo da Operação			
VENDE DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO		0 - Operação sem intermediador				1 - Saída			
Eventos e Serviços									
Evento	Protocolo				Data autorização				
Autorização de Uso	342230170114159				26/07/2023 às 15:38:55-03:00				
Registro Passagem Automatico MDF-e com CT-e (Cód.: 610554)	891235356484988								
Registro Passagem Automatico MDF-e com CT-e (Cód.: 610554)	891235359182091								
CT-e Autorizado (Cód.: 610600)	89123535888435								
Registro Passagem Automatico MDF-e com CT-e (Cód.: 610554)	891235360838928								
Registro Passagem Automatico MDF-e com CT-e (Cód.: 610554)	891235362698525								
Registro Passagem Automatico MDF-e com CT-e (Cód.: 610554)	891235365263638								
MDF-e Autorizado com CT-e (Cód.: 610614)	891235328984528								
Digest Value									
vB0Uc7teKtZ2HfPmvdn73Hlg=									

Nota Fiscal de nº 189.262

NF-e		Emite	Destinat.	Prod./Serv.	Totais	Transp.	Cobrança	Inf. Adic.	Cálculo ICMS	Trans.
Dados da NF-e										
Modelo	Série	Número	Data de Emissão		Data/Hora de Saída ou de Entrada		Valor Total da Nota Fiscal			
55	1	189262	27/07/2023 00:00:00-03:00		27/07/2023 00:00:00-03:00		2.773,50			
Emite										
CNPJ	Nome / Razão Social						Inscrição Estadual	UF		
72.344.591/0007-10	BELLA & CO. LTDA - FILIAL R. AMAZONAS						206683230	SC		
Destinatário										
CNPJ	Nome / Razão Social						Inscrição Estadual	UF		
33.145.734/0001-18	DSR REPRESENTACOES LTDA						206867191	BA		
Destino da operação		Consumidor final					Presença do Comprador			
2 - Operação Interestadual		0 - Normal					9 - Operação não presencial (outros)			
Emissão										
Processo		Versão do Processo				Tipo de Emissão		Finalidade		
0 - com aplicativo do Contribuinte		2023.96.1				1 - Normal		1 - NF-e normal		
Natureza da Operação		Indicador de Intermediador/Marketplace				Tipo de Operação				
VENDE DE MERCADORIA ADORRIDA DE TERCEIROS		0 - Operação sem intermediador				1 - Saída				
Eventos e Serviços										
Evento		Protocolo				Data autorização				
Autorização de Uso		34223018098379				27/07/2023 às 16:14:52-03:00				
Registro Passagem Automatico MDF-e com CT-e (Cód.: 610554)		891235356484984								
Registro Passagem Automatico MDF-e com CT-e (Cód.: 610554)		891235359182078								
CT-e Autorizado (Cód.: 610600)		89123535888433								
Registro Passagem Automatico MDF-e com CT-e (Cód.: 610554)		891235360837978								
Registro Passagem Automatico MDF-e com CT-e (Cód.: 610554)		891235362698528								
Registro Passagem Automatico MDF-e com CT-e (Cód.: 610554)		891235365263611								
MDF-e Autorizado com CT-e (Cód.: 610614)		891235328984519								
Digest Value										
vYOPGdcbaAK3EzBRVYZ2VW55vg=										

Importante consignar em relação às Notas Fiscais de aquisição, que já se encontravam sob a égide do Decreto de nº 13.780 de março de 2012, e que o art. 89, § 16 e 17 do RICMS/BA/12, **expressamente determina que é obrigação do contribuinte de verificar regularmente**, mediante acesso ao endereço eletrônico <http://www.sefaz.ba.gov.br>, todas as notas fiscais emitidas com destino aos seus estabelecimentos, ficando obrigados, quando for o caso, a registrarem o evento "desconhecimento da operação" no prazo **de até 70 dias contados da emissão da nota** no endereço eletrônico [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br), sendo que **no caso de uso indevido de seu nome**, deverá apresentar o boletim de ocorrência referente à queixa prestada na Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública a fim de afastar a presunção prevista em lei de entrada de mercadoria no estabelecimento, **quando figurar como destinatário em operação declarada em nota fiscal eletrônica**, sem que tenha efetivamente adquirido a mercadoria, situação essa que a Notificada não se atentou em proceder, se assim fosse seu entendimento.

Ressalta-se que nos termos do art. 12-A da Lei de 7.014/1996 é devida antecipação parcial nas aquisições interestaduais de mercadorias destinadas a comercialização. Tal obrigação independe do regime de apuração adotado, assim, toda a empresa, optante pelo Regime Conta Corrente ou optante pelo Simples Nacional, que adquirir mercadorias destinadas a comercialização dentro do território da Bahia, deverá observar o recolhimento da antecipação parcial do ICMS.

Isto posto, entendo que a ação fiscal realizada pelo Notificante, seguiu-se o que estabelece a legislação fiscal referente ao recolhimento do ICMS que deveria ter ocorrido **na data de emissão do MDF-e, e antes da entrada no território deste Estado**, no prazo regulamentar para pagamento da obrigação tributária, e, portanto, julgo PROCEDENTE EM PARTE a Notificação Fiscal, com a retirada do valor de **R\$ 59,61 (Nota Fiscal de nº 188.633)** lançado a título de

exigência da Antecipação Parcial (planilha do Notificante fl. 03) reduzindo-se a exação de **R\$ 7.023,39 para R\$ 6.963,78** a serem acrescidos dos consectários.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº **128984.1092/23-0**, lavrada contra **DSR REPRESENTAÇÕES LTDA.**, devendo ser intimada a Notificada para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 6.963,78**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, alínea “d” da Lei de nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 20 de março de 2025.

VLADIMIR MIRANDA MORGADO – PRESIDENTE

EDUARDO DUTRA FREITAS – RELATOR

ILDEMAR JOSE LANDIN – JULGADOR